

A SOBREVIVÊNCIA DE BIZÂNCIO, 550-850¹

As *Parastaseis Syntomoi Chronikai*, “Breves Notas Históricas”,² são um texto anônimo, da metade do século VIII, de Constantinopla. Elas consistem em comentários sobre os monumentos da cidade, principalmente suas estátuas. Parte do texto pretende coletar notas e cartas escritas por um grupo de amigos, funcionários do estado na década de 710, que tinha uma espécie de projeto de pesquisa para investigar que estátuas eram aquelas e de onde elas vinham. Isso pode muito bem ser uma ficção literária, pois referências nesse texto a outros autores são, na sua maioria, invenções claras, e o texto às vezes brinca com isso, o que deixa o leitor desconfiado. Porém, alguém fez esse trabalho e, de fato, foi de estátua em estátua, leu a inscrição na base ou perguntou a outras pessoas quem elas achavam que estava representado nas figuras. Isso nem sempre era fácil; uma mulher sentada em uma cadeira de bronze, no hipódromo, podia ser a imperatriz Verina (m. c. 484), como pensava o hábil intérprete de estátuas Herodiano, mas também podia ser a deusa Atena, “como eu mesmo ouvi de muitas pessoas... e nisso acreditei”. Também era um trabalho perigoso; Himério, o *chartoularios* (oficial financeiro de nível médio), e seu amigo Teodoro foram observar as estátuas na região do Kynegion, ao norte da Hagia Sofia,

a Grande Igreja de Constantinopla; enquanto examinavam uma delas, ela caiu em cima de Himério e o matou; Teodoro, que fugiu, teve dificuldades para se livrar de uma acusação criminal. No final, a estátua foi enterrada ali por ordem do imperador Filípico (711-713). O capítulo completa: “Tome cuidado quando olha para as velhas estátuas, especialmente as pagãs”; estátuas pagãs eram maléficas, e era preciso estar preparado.

Por outro lado, se um perito conhecesse suas estátuas, e fosse um intérprete habilidoso o bastante, seu conhecimento seria altamente útil. Ele não apenas podia evitar as maléficas, como também podia dizer o futuro. Herodiano sabia que uma das estátuas do hipódromo, que representava mulheres parindo bestas selvagens (Cila e Caríbdis, provavelmente), prefigurou o reinado de terror de Justiniano II, em 705-711; a outra (a que tinha um barco) “ainda não se realizou, mas promete”. Asclepiodoro olhou para a inscrição na estátua de Hércules, no hipódromo, e pôde, de uma vez, dizer quais coisas ruins (não nomeadas) iriam acontecer, para sua aflição (“Eu estaria melhor se não tivesse lido a inscrição”). E ele também podia, é claro, reconstruir o passado. Os autores da *Parastaseis* não tinham acesso a muitos livros sobre o passado, mas estavam muito interessados nele, e buscaram sistematicamente localizar o conhecimento estatuário em um enquadramento histórico. A estátua de Valentiniano III, por exemplo, não havia caído durante um terremoto; isso mostrava que seu assassinato, em 455, fora injusto, e não, como as pessoas tinham pensado anteriormente, uma retribuição justa por ter assassinado Aécio. Constantinopla ainda era uma cidade muito grande, e, obviamente, estava repleta de estátuas; esse texto não poderia ter sido escrito sobre nenhuma outra cidade do Mediterrâneo, com exceção de Roma – e, em Roma, igrejas e locais de culto cristão eram, naquela época, os pontos de referência inescapáveis, ao contrário da capital oriental, nesse momento. Na capital do Oriente, o passado imperial ainda importava, e toda a história de Constantinopla exibia-se por meio de suas estátuas. Por outro lado, essa história referia-se sobretudo aos séculos IV e V (amiúde mal compreendidos), e falava pouco do século VI (existe surpreendentemente pouca informação sobre Justiniano) e ainda menos dos séculos VII e VIII. Essa é uma chave para o texto: representava um genuíno interesse antiquário, com as estátuas operando como um teatro da memória, no sentido literal, mas seu autor, ou autores, sempre olhou para os dias de glória do Império Romano cristão através de uma grande

fratura, e não entendia muito o que esse Império significara. É essa fratura que este capítulo irá explorar, pois o Império Bizantino do século VIII – herdeiro linear do Império Romano do Oriente – era uma sociedade muito diferente, já que a maioria de seus pontos de referência havia mudado.

A razão para essa fratura era simples: foram eventos catastróficos que romperam o controle romano sobre a maior parte do Mediterrâneo Oriental, entre 609 e 642. A drástica redução e a conseqüente reorganização do Império representaram a principal quebra da história imperial do Oriente em todo o nosso período, e, junto com a maioria dos historiadores, chamarei, de agora em diante, o Império sobrevivente de “Império Bizantino”. (Os bizantinos sempre se chamaram de “romanos”, *romaioi* em grego; e o mesmo faziam seus vizinhos orientais; já os ocidentais os chamavam de “gregos”. Em nosso período, “bizantinos” apenas se referia aos habitantes de Constantinopla, que um dia havia se chamado Bizâncio. Mas esse termo, embora inapropriado, é, de toda forma, conveniente.) Deixamos o Império Romano tardio do século VI em considerável boa forma no capítulo 3. O imperador Maurício (582-602) era um líder de guerra;³ ele tinha encerrado 20 anos de guerra na fronteira persa em 591, ao intervir em uma disputa de sucessão na Pérsia, e ajudado Cosróes II (590-628) a se estabelecer como xá. Ele também enfrentara ameaças nos Bálcãs. Aqui, os grupos do século VI que sucederam aos invasores germânicos entre o final do século IV e o início do V eram esclavenos, comunidades tribais de pequena escala cujos saques são registrados da década de 540 em diante. (Muitos, ou a maioria, desses grupos falavam línguas eslavas, mas isso não é enfatizado por nossas fontes mais antigas como uma identificação para os *sklavēnoi*, então eu evitaria utilizar a palavra “eslavo” aqui; veja mais no capítulo 19.) Os ávaros, um povo nômade que falava turco, vieram em direção ao Ocidente em 558, e por volta de 567-568 tinham se estabelecido na Panônia, assim como os hunos haviam feito mais de um século antes;⁴ eles estabeleceram uma frouxa hegemonia sobre muitas das tribos esclavenas ao norte do Danúbio, e representavam uma grande ameaça militar, particularmente após sua captura da cidade romana fronteira de Sirmio, em 582. Após 591, entretanto, Maurício podia auxiliar na defesa dos Bálcãs sistematicamente, e ele conteve essas incursões na década de 590, reforçando, ao mesmo tempo, a fronteira do Danúbio. Maurício foi derrubado como resultado de seu próprio êxito, pois, em 602, o exército balcânico se

revoltou contra suas ordens para que invernassem ao norte do Danúbio, e ele foi morto junto com sua família, por um de seus generais, Focas, que lhe sucedeu (602-610).

A ascensão de Focas foi a primeira destituição bem-sucedida de um imperador no Império Oriental, desde 324; entre 602 e 820, porém, apenas cinco entre vinte e um imperadores morreram de morte natural no exercício do cargo. Sempre houve uma cultura golpista no Oriente, mas de agora em diante os golpes seriam cada vez mais efetivos.⁵ Como resultado, o papel do exército na política também mudou, como veremos. Houve constantes tentativas bem-sucedidas de estabelecer dinastias, que duraram cinco gerações sob os Heraclianos (610-711), quatro sob os Isaurianos (717-802), três sob os Amorianos (820-867) e seis sob os Macedônicos (867-1056, cf. capítulo 12); pode-se dizer que a noção de sucessão hereditária não estava de forma alguma perdida. Mas mesmo essa sucessão foi permeada por golpes. A legitimidade estava tão ligada ao sucesso militar e à popularidade na capital (golpes eram difíceis, caso a cidade de Constantinopla fosse contra) quanto ao histórico familiar; a imagem da escolha de Deus, que estava por trás das decisões “do povo, do senado e do exército”, era utilizada mesmo quando os filhos sucediam aos pais. Por causa disso, a cerimônia de ascensão imperial era muito mais elaborada a fim de estabelecer essa legitimidade da maneira mais pública possível. A abertura da sucessão, e sua aparente disponibilidade a qualquer um que tivesse corpo sadio (cegueira e outras mutilações eram típicos métodos bizantinos de neutralizar rivais), marcava o mundo bizantino de agora em diante; a mesma importância teve a imagem de um imperador favorecido por Deus, o que gerou ainda mais consequências, como veremos.

Focas é geralmente visto como o ponto de virada desse desenvolvimento, mas seu reinado se iguala ao de Maurício em peculiaridades importantes.⁶ A fronteira dos Bálcãs seguiu sem problemas e, apesar de Cosróis ter reiniciado a guerra persa, em 603, com a desculpa de vingar Maurício, durante vários anos ela não passou de uma guerra fronteiriça. Focas era impopular, entretanto, e não pôde suportar um levante centrado no norte da África, em 608-610, que visava colocar Heráclio, filho de um exarca africano, no trono.⁷ Foi essa guerra civil que descarrilhou o Império, pois a partir daí a investida persa começou. Heráclio (610-641) já encontrou os persas fazendo saques na Anatólia, em 611; mais drasticamente ainda,

a Síria foi conquistada em 613, a Palestina em 614 e o Egito em 619; em 616-617 as incursões persas chegaram ao Bósforo. Heráclio retirou todas as tropas dos Bálcãs para defender a Anatólia, e grupos esclavenos começaram a se assentar permanentemente ali; os ávaros consolidaram uma hegemonia sobre eles e, por volta de 617, também estavam saqueando até o Egeu. Em menos de uma década, as províncias mais ricas do Império foram todas perdidas, e nenhuma parte dele estava segura dos saques, com exceção das ilhas do Egeu e das províncias ocidentais da Sicília e da África. Mas a situação ficou pior: em 626, um exército ávaro-esclaveno, do Ocidente, e um persa, do Oriente, mais ou menos coordenados, fizeram cerco à capital imperial, quando Heráclio estava a 800 quilômetros de distância em campanha na Armênia. As enormes fortificações de Constantinopla se mantiveram firmes, entretanto, e o cerco ávaro fracassou (os persas, do outro lado do Bósforo, não conseguiram atravessar). A aliança ávaro-esclavena se partiu amargamente, e a hegemonia ávara nos Bálcãs começou a fracassar a partir desse momento. Em dois anos de campanha ousada, Heráclio chegou atrás dos exércitos persas e atacou o núcleo vital de Cosróis (onde hoje é o Iraque), com a ajuda considerável de um exército de nômades Góturcos do Cáucaso; Cosróis foi morto em um golpe, e os persas selaram a paz em 628, entregando todas as suas conquistas. O sistema político sassânida entrou em crise; sete governantes se seguiram a Cosróis em rápida sucessão antes que Yazdagird III (632-651) se estabelecesse, em 633-634.

Heráclio, em 628, era um herói. Ele foi recebido triunfalmente em Constantinopla em 629, e em Jerusalém em 630, onde restaurou a Vera Cruz, levada pelos persas em 614. Heráclio era intimamente ligado à Cruz, a relíquia mais ressonante da cristandade, que Helena, a mãe de Constantino, teria encontrado fora de Jerusalém, na década de 320; como disse Jorge de Pisídia,⁸ seu poeta de corte: “[os persas] veneravam o fogo, enquanto vós, Ó soberano, [venerais] o lenho”. Esse era um tempo de renovação religiosa, em que judeus foram massacrados ou perseguidos, e Heráclio também fez uma última tentativa de reunificar as rivais igrejas calcedoniana e monofisita (conferir capítulo 2), em 638, quando propôs uma doutrina de harmonização, chamada de monotelismo, que seria daí em diante a única versão legítima do cristianismo para todo o Império. Mas o Império estava, é claro, devastado: tinha uma economia em crise devido à destruição e à divisão política, e seus exércitos precisaram de anos para se

recuperar. Assim, era impossível para Heráclio resistir com sucesso a um ataque de um novo rival, a Arábia. Exércitos árabes derrotaram os bizantinos no rio Yarmuk, próximo do mar da Galileia, em 636, e o desastre da década de 610 se repetiu: os árabes tomaram a Síria em 636, a Palestina, em 638, e o Egito, em 639-642. Dessa vez, os bizantinos não os repeliram. Não obstante os sucessos de Heráclio, em 627-628, a reunificação do Império durou apenas uma década ou menos. Foi somente após a morte de Heráclio, em 641, que os bizantinos começaram a perceber que teriam de, no futuro, manter-se sem as províncias do sudeste mediterrâneo, mas, na realidade, o Império já as havia perdido na década de 610.

Como os árabes foram tão bem-sucedidos, e o que aconteceu nas terras que eles conquistaram, veremos no próximo capítulo, mas a seriedade dessas conquistas para o mundo bizantino não pode ser enfatizada demais. Heráclio goza de uma fama curiosamente boa, mesmo agora, graças aos eventos de 627-628; mas seu reinado foi, quando tomado como um todo, o mais desastroso em mil anos de história romana. Nas palavras de Michael Hendy, o Império perdeu dois terços de seus territórios e três quartos de suas riquezas nos anos 610,⁹ e essa perda se tornaria permanente na década de 630. A perda da riqueza agrária e produtiva do Egito foi particularmente séria. Bizâncio estava reduzida ao planalto da Anatólia da atual Turquia, ao mar Egeu e às terras ao seu redor, e, em direção ao Ocidente, a bolsões da costa adriática, partes da Itália (incluindo Roma) e da Sicília, e ao norte da África. Nos dois séculos seguintes, o sul dos Bálcãs seria reconquistado, mas o norte e o centro da Itália e a África seriam perdidos, e então, após a década de 820, também a Sicília, apesar de boa parte do interior do sul da Itália ter permanecido bizantina até após 1050.

O Império Romano tinha sempre dependido do tráfego marítimo para integrar sua economia. O Império Bizantino permaneceu um estado marítimo, também, pois apenas as rotas marítimas conectavam suas províncias distantes naquele momento, ligando a província mais rica, mas também mais distante, a Sicília, à capital. A marinha bizantina¹⁰ era muito menos proeminente politicamente do que o exército, e nós sabemos menos sobre ela. Mas foi um elemento crucial na sobrevivência do Império, tanto estratégica quanto taticamente. O fato de que os bizantinos controlavam o estreito do Bósforo foi essencial para a sobrevivência de

Constantinopla, nos grandes cercos de 626 e 717-718. De qualquer forma, os bizantinos não tinham apenas perdido o Egito, a tradicional reserva de grãos da capital, mas também, pelo menos após as conquistas árabes, a frota egípcia baseada em Alexandria. Os árabes controlavam as rotas do sul do Mediterrâneo, restringindo os bizantinos à sua faixa nortenha, e eles utilizaram a frota alexandrina com particular eficiência no final do século VI e no início do VIII, saqueando Egeu adentro e, em 717-718, até mesmo no mar de Mármara. As pilhagens pararam temporariamente no século VIII, mas os bizantinos nunca poderiam tomar por garantida a sua maestria no mar, particularmente para além de seu centro egeu. Constantinopla perdeu seu direito à gratuidade de grãos, em 618, quando Heráclio rapidamente tirou as conclusões corretas da conquista persa do Egito, e a população caiu substancialmente de tamanho, de cerca de 500 mil para algo entre 40 mil e 70 mil: ela continuou a ser a maior cidade na Europa, mas reduzida a um décimo do que já fora. Essa comunidade urbana menor podia ser suprida pelas fontes do Egeu e do mar Negro, e assim seria daí em diante, particularmente após a perda da Sicília.

As pessoas sabiam, de antemão, que as conquistas perso-arábicas representavam uma catástrofe, é claro. A crise do século VII, no Oriente, foi diferente da crise do século V, no Ocidente, por ter sido tão rápida. As pessoas não podiam se acomodar confortavelmente ao novo *statu quo*, como fizeram no Ocidente, na crescentemente regionalizada política dos reinos germânicos que então se solidificavam; no Oriente, elas sabiam que tinham de se adaptar rapidamente, ou, caso contrário, seriam conquistadas. A atmosfera de crise aparece em quase todo texto do século VII. Esse foi um período em que escritos apocalípticos eram comuns, tanto cristãos quanto judeus.¹¹ Os cristãos, é claro, podiam ver a conquista da metade de seu mundo por zoroastrianos, e, então, pelos ainda pouco compreendidos muçulmanos, como um presságio imediato de que o mundo estava chegando ao seu fim. Os judeus, apesar de menos perseguidos nos Impérios persa e árabe do que no Império Romano/Bizantino do século VII, viram a ascensão do islã, uma religião rival monoteísta e abraâmica, como uma ameaça cultural direta; mas as guerras persas já pareciam pressagiar também para eles os últimos dias. De maneira mais ampla, desacordos políticos de todos os tipos ganharam uma faceta religiosa, como veremos, pois o desfavor divino parecia muito evidente.

Em um nível menos espiritual, a primeira prioridade tinha de ser o exército.¹² Os bizantinos precisavam de um exército grande o bastante para se defender contra os árabes, mas tinham de financiá-lo por meio de um Império que perdera suas mais ricas províncias. O abastecimento desse exército tinha de ser muito simplificado para que isso funcionasse. Sob Heráclio, que passou a maior parte de seu reinado em campanha, havia poucos sinais de uma reorganização do exército, mas as coisas se estabilizaram um pouco na década de 650, quando uma região de fronteiras mais permanentes foi estabelecida, aproximadamente ao longo dos montes Tauro, no centro leste da Anatólia; os últimos anos da década de 650 foram, também, um período de guerra civil árabe. No período de 669 a 687, temos as primeiras referências aos quatro grandes distritos militares, ou “Temas”, da Anatólia: *Opsikion*, *Thrakesion*, *Anatolikon* e *Armeniakon*, cada um dos quais tinha seu próprio exército que era suprido localmente – cada Tema tinha ao menos uma região relativamente próspera em seu cerne, cuja produção poderia sustentar o exército. Esses Temas provavelmente começaram a tomar forma nos anos 640-650. Estavam sobrepostos às províncias menores antigas, que cuidavam da administração civil e da justiça, e também da coleta de impostos local; a maior parte dessas funções foi gradualmente assumida pelos militares, mas esse longo processo não se completou até o século IX. Lentamente, também, outras partes do Império foram organizadas em Temas: a Trácia e as ilhas do Egeu mais adiante nesse século, a Grécia no século VIII e no início do IX, quando foi reocupada, o sul da Itália, no final do IX, com as renovadas conquistas na região. Os impostos eram, portanto, quase totalmente gastos de maneira local; a integração fiscal do Império cessou em grande parte, com a exceção de que o abastecimento de Constantinopla envolvia relações de maior distância, e a capital continuava a controlar os mecanismos de taxaço e, por um tempo, as administrações provinciais. Mas os exércitos ainda eram pagos, com seus salários sendo financiados pelos impostos sobre a terra, com exceção de milícias relativamente destreinadas. Soldados eram recrutados localmente e permaneciam locais; eles eram, ou se tornavam, também frequentemente senhores de terras. Mas não passaram a depender inteiramente de sua posse de terras como forma de subsistência, como ocorreu no Ocidente. O que de fato aconteceu foi que a taxaço e o pagamento dos exércitos deixaram de ser feitos, em sua maioria, na forma

de dinheiro; a produção começou a ser o principal elemento do sistema fiscal até o século IX. Isso significou que menos moedas precisavam ser cunhadas (descobertas de moedas virtualmente cessam entre as décadas de 650 e 820, exceto em Constantinopla e na Sicília); também significou que o fornecimento de equipamentos se tornou muito mais complicado, e todo um departamento do governo, o *eidikon*, foi desenvolvido para garanti-lo, com ramificações locais em cada Tema.

Esse sistema de exércitos temáticos era quase exclusivamente defensivo; cada exército defendia sua própria área. Eles tinham de fazer isso: os cem anos após 650, mesmo que a fronteira continuasse relativamente estável, conheceram constantes incursões árabes, o que significava que nenhuma parte da Anatólia estava segura. Por conseguinte, a sociedade local se tornou amplamente militarizada; o exército temático, juntamente com uma burocracia provincial em lenta militarização, se tornou a principal hierarquia política e social em cada área. Quando se olha para uma documentada aristocracia detentora de terras, nos séculos IX e (especialmente) X, vê-se que era tão altamente militarizada quanto no Ocidente, como veremos no capítulo 12.¹³ É notável, entretanto, que não podemos dizer quase nada sobre as elites terratenentes no Império Bizantino, entre 650 e 800/850, talvez por conta da relativa escassez de documentos do período. A aristocracia fundiária provavelmente se tornou mais pobre nos anos da crise, particularmente naquelas partes da Anatólia mais expostas a incursões de longa duração. Cidades também se tornaram muito mais fracas no período, e a sociedade urbana desapareceu completamente em algumas partes do Império (cf. capítulo 14), tornando assim impossível uma política local tradicionalmente romana, tendo a cidade por base, como antes. Mas o que se destaca acima de todos os casos é que o *status* social, de agora em diante, em um Império que estava se concentrando na sobrevivência militar, dependia de um cargo no exército ou na administração. Sabemos os nomes de centenas de administradores militares ou civis desse período, pois eles sobrevivem em selos de chumbo, antes utilizados para autenticar documentos, que foram encontrados em sítios arqueológicos por todo o Império. Acontece que não podemos afirmar se eles tinham propriedades de terras além de cargos na hierarquia imperial, com exceção de alguns casos próximos da capital, como veremos daqui a pouco. Eles provavelmente tinham, e muitos deles podem muito bem ter sido tanto descendentes das

elites urbanas e senatoriais, do século VI, quanto ancestrais dos citados aristocratas do século X. Mas não *sabemos* se eles tinham ou não propriedades de terras, e isso é importante. Entre 650 e 800/850, ter um cargo no estado era algo mais desejável do que possuir riqueza em terras ou reputação local. Mesmo a ancestralidade se tornou temporariamente menos importante, ou talvez ela seja pouco enfatizada em nossas fontes. Para sobreviver, a sociedade e a política bizantina se enrolavam ao redor do estado.

Constantinopla e seu interior imediato eram uma exceção parcial a isso. A cidade permaneceu grande, pelo menos para os padrões pós-romanos, e uma economia baseada em dinheiro certamente sobreviveu por lá. Um livro de milagres da década de 660, reescrito mais adiante no mesmo século, enumera as curas milagrosas (em sua maioria, de problemas genitais) feitas pelo corpo de Santo Artêmio, sepultado na igreja de São João Pródromo.¹⁴ Isso nos mostra uma sociedade urbana agitada, cheia de comerciantes e artesãos (um vendedor de prata, um artesão do bronze, um construtor de navios, um fabricante de arcos, e também trabalhadores em geral que tinham sofrido hérnias devido ao trabalho pesado), sentados na igreja à espera da cura; os suplicantes tinham suas próprias associações com um tesoureiro que guardava o dinheiro, e jogavam dados para passar o tempo – além de roubar uns aos outros ocasionalmente, e, em um caso, urinar sem pudor na própria igreja (o homem que fez isso recebeu, de Santo Artêmio, a hérnia de outra pessoa como castigo). Como se vê, Constantinopla era uma cidade ativa no século VII. Suas elites, realmente, possuíam terras, especialmente ao redor do mar de Mármara. Um assunto frequente nas hagiografias do início do século IX é o da reclusão de funcionários públicos em suas propriedades onde fundavam mosteiros. Assim, Platão (m. 814),¹⁵ um burocrata médio de uma família de funcionários, se retirou ao sul de Mármara para fundar o mosteiro de *Sakkoudion* em suas terras, em 783; ele se tornou um rigorista monástico, junto com Teodoro (m. 826), seu sobrinho mais famoso, que foi eleito abade do mosteiro de *Stoudios*, na cidade imperial, por volta de 798. As intervenções políticas intransigentes de Platão e Teodoro – por exemplo, em oposição ao supostamente adúltero segundo casamento do imperador Constantino VI (780-797), em 796 – foram os primeiros atos políticos conhecidos, desde o século VI, feitos por aristocratas terratenentes não detentores de cargos. Isso só teria sido possível nas proximidades imediatas da capital.

Mas, mesmo assim, Constantinopla era basicamente uma criação do estado. Ela era dominada, mesmo em seu ponto mais baixo, por volta de 700, por uma hierarquia burocrática altamente complexa, que administrava o governo central em seus seis ou sete departamentos principais, dos quais o mais importante era o *genikon*, que controlava o imposto sobre a terra. A cultura relativamente não militarizada da cidade é explicada pela força de sua burocracia, assim como a riqueza da cidade era diretamente derivada de seu papel como centro fiscal do Império.¹⁶ A hierarquia da Igreja, por si só vasta, era também intimamente associada com o estado; patriarcas sempre eram escolhidos diretamente pelo imperador, e destituídos, caso discordassem dele. E Constantinopla era um imenso espaço público,¹⁷ com uma complexa geografia cerimonial, centrada na exibição do poder imperial. O hipódromo, logo em frente ao palácio, era o principal lugar de atos públicos, incluindo a proclamação de novos imperadores, ou a humilhação de oponentes, até mesmo o casamento de chacota de monges e freiras iconófilos, em 765, supostamente comandado por Constantino V (741-775), e também ali se realizavam diálogos formais entre imperadores e representantes da cidade. Também havia procissões regulares pelas principais ruas da cidade, em momentos importantes do ano litúrgico e para comemorar grandes eventos, que eram tão cuidadosamente preparados que os observadores podiam interpretar significados precisos no portão pelo qual a procissão entrava ou nos locais em que parava. Esse aspecto cerimonial da cidade remetia diretamente à Roma tardia; apesar de as tradições romanas terem certamente mudado, elas o fizeram menos aqui do que na maioria dos outros lugares discutidos neste capítulo. Isso ajudou a manter uma forma romana no ambiente citadino: largas estradas sobreviveram mais tempo em Constantinopla do que em qualquer outra cidade pós-romana, no Oriente ou no Ocidente.¹⁸ Também ajudou a manter os espaços públicos repletos de estátuas, como foi discutido no início deste capítulo. E isso representava o estado, poder político público, em todas as etapas.

O centro da política e do cerimonial constantinopolitanos, assim como da hierarquia militar das províncias, era o imperador. Por mais fraca que fosse sua posição pessoal, o gabinete imperial tinha enorme importância: realmente, a frequência de golpes e tentativas de golpes, por si só, demonstra o quanto as pessoas queriam o título imperial. Tenho enfatizado a descentralização fiscal e militar do sistema de Temas, mas em

todos os outros aspectos o Império Bizantino estava mais centralizado após aproximadamente 650, e não antes, pois o *status* social estava muito dependente de uma posição na hierarquia de cargos. A dominância da cidade imperial também foi muito maior depois de outras cidades fracassarem; em Bizâncio, caso único no mundo cristão, era comum que os bispos de diversas sedes espalhadas por todo o Império passassem tanto tempo quanto pudessem na capital em vez de em suas próprias dioceses. Também deve ser acrescentado que o Império era, naquele momento, culturalmente homogêneo; em 500, apenas uma minoria da população do Império Oriental falava grego, e a língua oficial ainda era, ao menos nominalmente, na verdade, o latim, mas, por volta de 700, após a perda das províncias falantes de siríaco e copta, quase todo mundo falava grego, enquanto o ocasional esclaveno e o não tão ocasional armênio eram exóticos. Não havia mais divisões regionais entre cristãos, como entre calcedonianos e monofisitas, pois as províncias monofisitas estavam quase todas perdidas: discordâncias religiosas foram, daí em diante, disputadas principalmente na capital. As grandes exceções a isso, os falantes de latim das províncias da Itália continental, incluindo os romanos de Roma, escaparam do governo bizantino, em parte, precisamente por essa razão. Uma concentração de controvérsias religiosas na capital também significou uma concentração nas escolhas e ações dos imperadores; esses eram observados com considerável atenção. Leão III (717-741) foi acusado – em um texto polêmico de duas gerações posteriores (que pretendia ser uma carta escrita a ele pelo papa) – de ter dito “eu sou imperador e sacerdote”.¹⁹ A alegação, por mais polêmica que fosse, não era ridícula quando feita por um imperador. Imperadores tinham uma importância religiosa que nem mesmo Justiniano reivindicara, um século antes, apesar de os antigos imperadores, até Constantino, terem, de fato, reivindicado.

Nesse formato, o estado encolhido sobreviveu às conquistas árabes. E, apesar de tudo, podia continuar a se defender a despeito de uma relativa falta de líderes carismáticos: nos dois séculos e meio após 602, apenas os imperadores Isaurianos, das décadas 710-770, estiveram, realmente, no controle dos acontecimentos. Os reis francos poderiam não ter sobrevivido nessa situação, mas as infraestruturas do Império Bizantino permaneceram sólidas o bastante para que isso fosse possível. Vejamos em mais detalhes como isso aconteceu.

Heráclio morreu em 641, deixando uma disputa sucessória entre seus dois filhos, de mães diferentes, governando sob a proteção de sua viúva (e, controversamente, sua sobrinha) Martina. Entretanto, Martina foi deposta alguns meses depois por apoiadores de seu jovem neto Constante II (641-668); foi ele que governou durante a perda final do Egito e a estabilização da fronteira e do sistema temático – nenhum dos quais, provavelmente, teve muito a ver com Constante. O que o torna mais conhecido são suas políticas religiosas e italianas. Constante era dedicado ao monotelismo e devotou sua atenção, durante seu reinado, à sua imposição a todos os oponentes. Os papas, em Roma, resistiram de maneira particularmente pública; Constante ordenou que o papa Martinho I (649-653) fosse preso, julgado em Constantinopla e deposto. Ele também enfrentou rebeliões seculares no Ocidente, por Gregório, exarca da África (m. 647), e Olímpio, exarca de Ravena (m. 652), dois dos três principais governadores de províncias ocidentais, sendo que o *strategos* da Sicília era o terceiro. De toda forma, Constante estava muito interessado em suas províncias ocidentais; elas eram a parte do Império menos afetada pela ameaça árabe. (Gregório, na verdade, morreu durante uma incursão árabe na África; mas os árabes não retornaram lá até os anos 670.) Constante tentou reconquistar as partes lombardas da Itália, na década de 660, e, o mais notável de tudo, tentou mudar a capital imperial para Siracusa. Isso refletia a riqueza e a estabilidade da Sicília, mas era um movimento extremo demais (poderia ter, potencialmente, levado ao abandono de Constantinopla e do Oriente), e Constante foi morto em um golpe em 668. Seu filho, Constantino IV (668-685), retornou a Constantinopla e também abandonou o monotelismo, no Sexto Concílio Ecumênico, sediado na capital em 680; o debate cristológico já não parecia relevante em um sistema político em rápida mutação, e as questões nele envolvidas dificilmente voltaram a aparecer no Oriente após o fim do século.

Constantino, como seu pai, viveu na defensiva. Os árabes atacaram pelo mar em seu reinado, tentando bloquear Constantinopla, na metade da década de 670. A conquista da África começou no mesmo período, culminando na queda de Cartago, em 698. Nos Bálcãs, a debandada dos ávaros, após 626, deixara uma série de pequenos grupos esclavenos, efetivamente, independentes, e eles podiam, ocasionalmente, atacar as cidades costeiras bizantinas (como foi o caso de Tessalônica, entre 675 e 677), embora reco-

necessessem, de algum modo, a supremacia bizantina; mas um novo poder turco surgiu ao sul do Danúbio em 680, os búlgaros, sob o comando de seu *khagan* Asparuque (m. c. 700), que derrotaram um exército imperial e foram reconhecidos como governantes independentes de aproximadamente a metade norte da atual Bulgária, em 681. Os búlgaros iriam, de agora em diante, rivalizar com os bizantinos pela hegemonia sobre os *sklaviniai* por três séculos. No reinado de Constantino, no entanto, um estilo de política militarizada, que teria um longo futuro, começou a se cristalizar. Constantino lidou com o exército como um interlocutor direto. Ainda na época de Constante, tanto os apoiadores quanto os opositores do monotelismo eram acusados de causar derrota por causa de suas crenças errôneas. Ao mesmo tempo, o exército passou a ver isso como um problema; em 680, o exército instigou o imperador a convocar o Sexto Concílio, como o próprio Constantino afirmou. Em 681, seguindo nessa linha, os soldados do Tema de *Anatolikon* demandaram (sem sucesso) que o imperador colocasse seus irmãos como coimperadores, supostamente dizendo “nós acreditamos na Trindade. Vamos coroar todos os três!” – uma declaração tão clara de um cargo imperial modelado no poder divino quanto se pode imaginar. Justiniano II (685-695), o filho de Constantino, um governante intransigente e impopular, ratificou o Sexto Concílio em 687, premido, novamente, pelas posições do exército. Entretanto, Justiniano foi derrubado em um golpe militar, em 695, e exilado na Crimeia, tendo seu nariz decepado.²⁰

Seis imperadores se seguiram nas duas décadas seguintes, cada um sucedendo ao anterior por meio de golpe. Um deles foi Justiniano II, novamente (705-711), que escapou da Crimeia, com ajuda búlgara, e se vingou terrivelmente de seus inimigos. Seu sucessor, Filípico, restabeleceu o monotelismo; Anastásio II (713-715) aboliu-o novamente. O contexto de tudo isso era o crescente protagonismo político dos diferentes Temas, em um período de renovada ameaça árabe. Anastácio era competente o bastante ao menos para se preparar contra o cerco árabe de Constantinopla – havia muito planejado e amplamente antecipado; ele decretou que apenas pessoas com provisões suficientes para três anos poderiam permanecer na cidade. Todavia, foi deposto pelo Tema de *Opsikion*, contra o qual o *Anatolikon* e o *Armeniakon* então se revoltaram, e quando o exército e a marinha árabe chegaram, em 717, o *strategos* de *Armeniakon*, Leão III, era imperador. Leão sobreviveu ao grande cerco de 717-718, a

última tentativa séria de destruir o Império Bizantino por quase meio milênio. Seu sucesso rompeu o ciclo de golpes, e ele e seu filho Constantino V governaram por quase 60 anos.

Em 717, o Império dificilmente poderia se encontrar em uma situação estratégica pior, mas os imperadores Isaurianos conseguiram contornar isso, utilizando a estrutura burocrática e militar que tinha se assentado na última geração. Leão enfrentou incursões árabes durante todo seu reinado, derrotando algumas delas; reorganizou parcialmente a administração e, pelo fim de sua vida, em 741, emitiu a primeira legislação sistemática imperial desde Justiniano, a *Ekloga*: um texto não longo, mas compilado explicitamente, uma vez que as leis de Justiniano tinham se tornado “ininteligíveis”.²¹ Sob Constantino V, pela primeira vez, os bizantinos saquearam as terras árabes com tanta frequência quanto os árabes saqueavam de volta.²² Em geral, períodos de sucesso militar bizantino se tornaram possíveis em ocasiões de instabilidade política árabe, e o reinado de Constantino, em particular, coincidiu com as guerras civis que resultaram na derrubada do califado omíada em 750. Isso criou uma aura de sucesso que, por si só, fez de Constantino uma figura de alta reputação nos círculos militares, o que durou até os anos 830 pelo menos. Constantino também, pela primeira vez, agiu seriamente para restabelecer o poder bizantino nos Bálcãs, atacando os búlgaros com frequência, no período entre 759 e 775, e reimpondo a hegemonia imperial o máximo possível sob os *sklaviniiai*, particularmente aqueles oriundos de onde hoje é a Grécia. Constantino, por outro lado, estava menos interessado no Ocidente. Leão tinha se oposto ao papado, inicialmente sobre assuntos de impostos, e, na década de 730, retirou dos papas os direitos sobre o sul da Itália e da Sicília. O controle bizantino no sul foi ali reassegurado à custa do norte, e Constantinopla não resistiu à conquista lombarda do exarcado de Ravena, em 751. Da metade do século VIII em diante, os papas começaram a se entender como parte de um mundo lombardo e franco, e não de um mundo bizantino. Foi nesse momento que as terras latinas se perderam para Bizâncio, um fato que as fontes gregas pouco mencionam. Constantino também interferiu na infraestrutura imperial, mais do que qualquer predecessor em um século: reconstruiu o principal aqueduto de Constantinopla, em 767, reformou o sistema de impostos e estabeleceu destacamentos não temáticos de tropas de choque profissionais, as *tagmata*, que se tornariam a força de elite no exército do século IX.

Entretanto, Leão e Constantino não são muito conhecidos por esse renovado protagonismo político e militar: eles são os famosos imperadores iconoclastas, os oponentes do crescente culto de imagens sacras. No final do Império Romano, no Oriente e no Ocidente, se havia algo que era certamente sagrado eram as relíquias de santos (e da divindade de Cristo, como a Vera Cruz); retratos de Cristo e dos santos, e pinturas de narrativas bíblicas, eram apenas guias, “feitos para a instrução dos ignorantes, para que eles possam entender as histórias [da Escritura]”, como Gregório Magno disse. Isso era dado como certo no Ocidente, pelo menos entre os teóricos, mas, no Oriente, as imagens “não feitas pela mão humana”, ou seja, criadas milagrosamente, começaram a ser mencionadas, no final do século VI, e uma delas, que trazia a efígie de Cristo, teria salvado Constantinopla (junto com a ação direta de Maria) durante o cerco de 626. Essas imagens podem ainda ser vistas como equivalentes pictóricos das relíquias; mas, no último quartel do século VII, o poder das imagens estava começando a se expandir. Em 700, já era muito comum considerar todos os retratos de santos como janelas para o divino; podia-se rezar para um retrato sacro (um “ícone” como diríamos hoje, apesar de *eikōn*, em grego, significar qualquer imagem) e acreditar que, ao fazer isso, estava-se falando diretamente com o santo. Qualquer um poderia, assim, ter seu próprio santo em mãos, e não era necessário ir à igreja para ter acesso ao divino. O Concílio Quinissexto, em 691-692, já justificava as imagens de Cristo como consequências de sua encarnação humana. Apesar de o concílio não ter chegado tão longe a ponto de afirmar que se devia orar para elas, a importância das imagens sacras, na cultura bizantina, estava claramente crescendo. Foi contra isso que os iconoclastas reagiram no século VIII: rezar para ídolos diminuía a honra devida apenas a Deus, e podia ser visto como idolatria. De fato, Constantino V argumentou, em seu *Peuseis* (c. 752), que imagens de Cristo apenas enfatizavam o lado humano da divindade, e negligenciavam o divino; apenas na eucaristia é que Cristo seria propriamente representado ou, ainda, metaforicamente, na cruz. Mas esse é o único ponto no qual a disputa dos iconoclastas com os iconófilos se referiu a controvérsias cristológicas do passado. Fora isso, ela estava essencialmente preocupada em saber se imagens de todos os tipos poderiam ser veneradas, e se rezar para uma (ou através de uma) delas era uma forma de adoração correta ou idolátrica.

Posteriormente, fontes iconófilas viram a iconoclastia como um desafio imperial ao culto das imagens, começando com Leão III, que supostamente viu a erupção vulcânica, na ilha de Thera, em 726, como um sinal da ira de Deus, e passou a destruir imagens religiosas daí em diante.²³ Entretanto, todas as fontes que conectam Leão às políticas iconoclastas são tardias, datadas após o primeiro repúdio da iconoclastia, no Segundo Concílio de Niceia, em 787; algumas delas foram interpoladas em textos anteriores (a maior parte das descrições do poder espiritual das imagens de santos, antes de 700, foi similarmente interpolada). Mesmo assim, no reinado de Leão, visões iconoclastas se enraizaram no Império, aparentemente como um fenômeno popular; já havia bispos, como Tomás de Claudiópolis e Constantino de Nacoleia (cujas sées ficavam, ambas, no oeste da Anatólia), que se opunham a imagens nas décadas de 720-730, e Tomás foi criticado pelo patriarca Germano de Constantinopla, por removê-las de locais públicos. Nos anos 750, Constantino V adotou essa causa e fez da iconoclastia uma política imperial. Como vimos, ele até mesmo escreveu um tratado sobre o tema (seu *Peuseis* sobrevive porque é citado e atacado no *Antirrhēseis*, do patriarca Nicéforo, m. 828);²⁴ e, em 754, Constantino convocou o Concílio de Hiéria, um palácio no Bósforo, do lado oposto de Constantinopla, para banir completamente a veneração de imagens. “A arte ilegítima dos pintores”²⁵ passara, daí em diante, a ser considerada apenas uma atividade secular. Imagens da cruz eram ainda legítimas, mas aquelas de homens santos não o eram mais.

As destruições de ícones e perseguições de iconófilos (particularmente monges), por parte de Constantino, foram, em sua maioria, descritas por autores tardios, mas elas não parecem ter sido particularmente sistemáticas ou consistentes. Constantino obviamente não promovia os ícones, e o mosaico da cruz que ainda sobrevive na abside de Hagia Irene, em Constantinopla, reconstruída após 753, reflete o patrocínio imperial. Mas há pouca evidência de uma destruição ativa. Tampouco Constantino perseguiu sistematicamente os monges, que não eram todos iconófilos; na verdade, ele até patrocinou alguns mosteiros. Houve algumas execuções de grande importância, em particular a do monge Estêvão, o Jovem, em 765,²⁶ mas foram isoladas. É importante repetir que a iconoclastia tinha o apoio popular, inclusive no episcopado, desde pelo menos 720, e certamente entre o exército e a burocracia imperial, assim como na capital.

Não era apenas um culto imperial, como o monotelismo, imposto à força sobre os hostis e indiferentes. A *Vida* de Estêvão, o Jovem, que é um dos textos fundadores da iconoclastia como uma tirania generalizada, diz que os iconófilos tiveram de fugir da Crimeia para a Itália (o papa era ferozmente anti-iconoclasta), e para a costa sul da Anatólia, para escapar das perseguições. Esse é um texto de 809, muito posterior aos eventos que ele descreve, e altamente tendencioso, mas a impressão que se tem dele é de que as terras centrais do Império eram bem solidamente iconoclastas. De qualquer forma, nos últimos 20 anos de seu reinado, entre 755 e 775, Constantino comportava-se como se o problema da iconofilia já estivesse, em sua maior parte, resolvido; suas campanhas militares provavelmente preocupavam-no muito mais nesse momento.

Leão IV (775-780), filho de Constantino, não viveu muito, e sua viúva, Irene, governou em nome de seu filho, Constantino VI (780-797),²⁷ durante a década seguinte. Em 785, Irene, com seu recentemente nomeado patriarca Tarásio (m. 806), deixou clara sua oposição em relação à iconoclastia, e convocou um concílio em 786, em Constantinopla, para lidar com a questão. O exército e alguns bispos interromperam-no logo no primeiro dia, e ele teve de ser reagendado para Niceia, local mais afastado da capital, um ano depois. O Segundo Concílio de Niceia condenou intransigentemente a iconoclastia, refutando (e assim preservando) sua teologia ponto por ponto. Foi, efetivamente, o Segundo Concílio de Niceia que inventou a teologia das imagens que tem permanecido como uma parte estrutural da Igreja do Oriente. Muitas das práticas litúrgicas básicas do cristianismo ortodoxo remetem a 787. As imagens, de agora em diante – como nunca tinham sido antes –, não apenas podiam ser veneradas, como deviam sê-lo. E Niceia não apenas inventou a ortodoxia, mas também, em grande escala, inventou a iconoclastia, transformando as políticas de Constantino V em um sistema totalizante, o que elas provavelmente nunca tinham sido em seu tempo.

Não é completamente claro o motivo de Irene ter feito isso. Ela estava certamente incomodada com o rompimento religioso com o papa – que era, naquele momento, próximo dos reis francos – e desejava reunificar Roma e Constantinopla; o primeiro anúncio formal que fez de suas intenções foi em uma carta ao papa Adriano I (ela obteve sucesso, ao menos em um nível religioso; os próprios francos, entretanto, preferiam a

iconoclastia, e condenaram formalmente Niceia, no sínodo de Frankfurt, em 794 [cf. capítulo 16]. Mas toda a controvérsia nunca teve a mesma importância no Ocidente, onde imagens religiosas jamais receberam a mesma atenção espiritual). É também altamente provável que Irene precisasse de uma desculpa para romper com os apoiadores de Constantino V, tanto na Igreja quanto no estado, e inserir seus próprios aliados. Pode ser, inclusive, que ela fosse uma iconófila “enrustida”, o tempo todo, apenas esperando sua chance (embora, se for esse o caso, ela tenha sido muito discreta a esse respeito durante 20 anos, desde seu casamento com Leão, cuidadosamente orquestrado no cerimonial imperial, em 769). Mas esse não era necessariamente o caso. Irene era uma articuladora eficiente e algumas vezes brutal. Se 787 não foi prova disso, 797 o seria, pois foi quando, após vários anos parcialmente afastada, Irene organizou um golpe contra seu filho, depondo-o, cegando-o e, depois, coroando-se imperatriz em seu lugar. Se Irene podia tornar-se imperatriz à força, a única mulher a fazê-lo na história romana (ou na história europeia antes de Isabel da Rússia, em 1714), então ela poderia também orquestrar a invenção do cristianismo ortodoxo para ampliar seu poder. No entanto, de um jeito ou de outro, a base religiosa do poder imperial tomou um novo rumo a partir daí.

Apesar disso, Irene não foi uma figura muito atuante como governante única (797-802), motivo pelo qual foi deposta por um de seus mais antigos administradores financeiros, Nicéforo I (802-811), com apoio tanto militar quanto oficial.²⁸ De qualquer forma, ela tinha conseguido formar uma substancial coalizão, em 797, dentro da burocracia imperial e de partes das *tagmata*, e também havia tido o apoio da maior parte dos clérigos e monges rigoristas ao redor do mosteiro de *Sakkoudion*, fundado por Platão, e de seu sobrinho Teodoro, ao qual ela deu o mosteiro de *Stoudios*. Essas pessoas estavam felizes com uma governante feminina, o que nem todos os extremistas religiosos aceitam, e vale a pena pararmos por um momento para entender o motivo. Vimos, no capítulo 3, que imperatrizes como Pulquéria, Verina, Teodora e Sofia foram influentes no Império Oriental, desde o século V; elas eram, em seu próprio direito, parte da hierarquia imperial, mesmo que subordinadas aos imperadores (geralmente seus maridos). Diferentemente do sistema político franco, elas não só ganhavam poderes quando regentes de seus filhos menores – na verdade, Pulquéria e Teodora não tiveram filhos com seus maridos (em-

bora se diga que Teodora teria tido filhos anteriormente) – como podiam ter considerável influência sobre os imperadores, ainda que eles fossem os grandes protagonistas – como no caso de Justiniano, o marido de Teodora –, e exercer o governo em tudo, de fato, caso eles não governassem – como aconteceu ao irmão de Pulquéria, Teodósio II. Isso claramente não mudou com as transformações do século VII. Martina fracassou em guiar as políticas da capital em 641, mas ainda havia uma brecha institucional e um espaço moral para uma imperatriz determinada, e Irene, que era tanto regente de seu filho como já imperatriz durante a vida de seu marido, pôde fazer uso desse direito. Ela tinha sua própria residência, separada da casa do imperador, e foi, formalmente, uma corregente com seu filho por 17 anos, aparecendo em moedas, por vezes, na posição de governante sênior. Um elemento de poder feminino era, se não típico, pelo menos não anormal na Roma tardia e em Bizâncio; e Irene tinha, quando tomou o poder sozinha, no final, uma clientela já pronta, que devia a ela suas carreiras, desde 787, se não antes. Mesmo após sua queda, foi apenas no Ocidente que as pessoas atribuíram seu fracasso ao fato de ela ser mulher. E os religiosos rigoristas iconófilos foram, acima de tudo, conquistados pelo Segundo Concílio de Niceia; o cronista Teófanos (m. 818), que admitidamente desprezava Nicéforo I, escreveu, por volta de 802: “homens que viveram uma vida piedosa e razoável perguntavam-se sobre o julgamento de Deus, ou seja, como ele permitira que uma mulher que havia sofrido como um mártir, em prol da fé verdadeira, fosse destituída por um porco”. A figura de uma mulher piedosa que recebeu a oportunidade de ter poder para corrigir as crenças erradas remete ao tempo de Pulquéria, e era uma imagem ressonante.

Se Constantino V marca uma virada para o protagonismo militar, Nicéforo I representa o mesmo para a administração. Ele continuou as campanhas de Constantino, e também de Irene, nos Bálcãs, mas, pela primeira vez, agiu para estabilizar as conquistas, através da criação de novos Temas e, portanto, de uma estrutura administrativa, incluindo o Peloponesso, no sul da Grécia, e Tessalônica, no norte. Ele também revisou o censo, por volta de 809, elemento necessário em qualquer estado arrecadador de impostos, sendo a primeira vez de que temos notícia desde o reinado de Leão III; Teófanos reclama amargamente disso, como parte de uma ofensiva narrativa aos “vexames” de Nicéforo, portanto a novidade desse fato pode muito bem ser invenção do autor, mas é muito provável que o impe-

rador visse a reorganização do sistema de impostos como uma prioridade. A maior parte dos outros “vexames” de Teófanos também diz respeito à taxação: remissões foram canceladas, algumas propriedades eclesiásticas, antes isentas, foram taxadas, da mesma forma que os tesouros encontrados, e assim por diante. Daqui para a frente, referências em nossas fontes à atividade fiscal aumentam, e as menções de Teófanos a impostos e dinheiro podem também implicar que Nicéforo expandiu as coletas monetárias, em vez dos impostos em espécie. Novamente, a economia imperial podia sustentar isso naquele momento, e as descobertas de moedas em sítios arqueológicos também aumentam a partir daí (cf. capítulo 14).

Os Bálcãs eram, então, ocupados por *sklaviniai* semiautônomos, como vimos, que podiam ser derrotados vez após vez, mas que persistiam.²⁹ Porém, saber exatamente como a sociedade balcânica funcionou, nos dois séculos após Heráclio, é algo excepcionalmente difícil. Os esclavenos podem apenas ter sido uma pequena minoria da população originalmente, e eram, além disso, sempre organizados em grupos tribais de escala muito pequena. O fato de que eles se assentaram tão facilmente serve de medida para a radical ruptura do sistema político-militar bizantino no século VII. Os Bálcãs, nesse aspecto, lembram a Inglaterra anglo-saxônica mais do que qualquer outra parte do antigo Império Romano; ali, também, grupos relativamente pequenos conseguiram tomar uma província, mais ou menos completamente, no século seguinte a 450, e no fim, inclusive, mudar sua língua, mesmo que os descendentes que falavam a língua britânica superassem numericamente os descendentes dos colonos em, talvez, dez por um. Essa última mudança também ocorreu no centro e no norte dos Bálcãs. O eslavo tinha se tornado a língua comum para a comunicação na região por volta da metade do século X, como Constantino VII Porfirogênito relata em sua obra *Sobre a administração do Império*; ambos, o grego e o latim, ainda eram falados (o latim em áreas maiores, sob formas que lembram o atual romeno), assim como o eram línguas mais locais, como o ancestral do atual albanês, mas o eslavo iria eventualmente triunfar ao menos ao norte das atuais Grécia e Albânia. O idioma eslavo iria, realmente, assumir mesmo no multiétnico khaganato dos búlgaros (cf. capítulo 12), cujos governantes eram falantes de turco havia muito tempo. Os búlgaros, além disso, eram também sempre mais bem organizados do que seus vizinhos esclavenos. Constantino V repeliu-os de volta a

seus núcleos, a redor de Pliska, no norte da Bulgária, sua capital, mas não os destruiu, e, durante o reinado de Irene, eles se reagruparam – beneficiaram-se da destruição final dos ávaros, por Carlos Magno, em 796 (cf. capítulo 15), e se apossaram dos territórios e recursos ao norte do Danúbio. Na época em que Nicéforo I estava estendendo os Temas da Grécia em direção ao norte, Krum, o *khagan* búlgaro (m. c. 800-814), já tinha estabelecido um exército efetivo, e contra-atacou. Nicéforo saqueou Pliska, em 809 e 811, mas Krum o isolou e o destruiu, bem como seu exército, em 811. Nicéforo foi o primeiro imperador a morrer em batalha desde Valente, em Adrianópolis, em 378.

O ano de 811 foi um choque para o Império, e as guerras de Krum, entre 813 e 814 – nas quais ele derrotou Miguel I (811-813), capturou Adrianópolis e assaltou Constantinopla –, tornaram a situação ainda mais séria. A memória de Constantino V, incluindo suas políticas religiosas, repentinamente se tornaram muito mais atraentes.³⁰ Conspiradores tentaram levar ao trono os filhos cegos de Constantino em 812; um grupo de soldados abriu o mausoléu imperial em 813 e orou diante da tumba de Constantino, chamando-o: “Levanta-te e ajuda o estado que perece!”, como afirma Teófanos, apavorado. O novo imperador, Leão V (813-820), deteve Krum, mas tirou as mesmas conclusões: sob a iconoclastia, o estado sempre fora vitorioso. Em 815, ele a reestabeleceu formalmente, e depôs o patriarca Nicéforo por se recusar a consentir. Nicéforo escreveu, com amargura, por volta de 819, que se alguém fosse adotar políticas religiosas apenas por causa do sucesso militar, podia muito bem voltar-se a Alexandre, César,³¹ Herodes e Senaqueribe; esse argumento por si só nos mostra o quanto a segunda iconoclastia devia à reputação de Constantino V.

Leão foi derrubado em um outro golpe, o quinto desde 797; Miguel II (820-829) hesitou em manter a iconoclastia, mas encontrou em Teodoro Estudita, a quem Leão tinha exilado, um porta-voz tão intransigente da iconofilia que lhe pareceu mais seguro manter uma posição iconoclasta. Fica, de fato, claro, pelas volumosas correspondências do próprio Teodoro, que poucas pessoas se levantaram contra a iconoclastia nesse período, e que as próprias tentativas de Teodoro de incitar a fé caíram por terra; os bispos eram quase que inteiramente iconoclastas³² e, acima de tudo, quaisquer que fossem as visões particulares das pessoas, elas estavam contentes em aceitar a iconoclastia como a teologia do re-

gime. Teófilo (829-842), o filho de Miguel, era um partidário religioso mais convencido, e perseguiu com entusiasmo os iconófilos assumidos, de 833 em diante; e, o que foi mais inovador, em 839 mandou tatuar um texto condenatório nos rostos de dois monges palestinos, Teodoro e seu irmão Teófanos (esses dois irmãos *graptoi*, isto é, “inscritos”, tornaram-se heróis iconófilos, e eventualmente santos).³³ Mas a iconoclastia tinha raízes sociais muito mais fracas dessa segunda vez, e sua justificativa militar não pôde se sustentar perante os eventos. Os búlgaros tinham feito a paz em 816, mas detiveram áreas muito mais vastas, e não foram embora; eles demarcaram, nesse período, suas fronteiras com os bizantinos com uma enorme fortificação conhecida como a Grande Cerca da Trácia.³⁴ O califado abássida estava em seu auge, e as tentativas de Teófilo de se impor na fronteira oriental resultaram em uma invasão árabe massiva em 838, liderada pelo próprio califa al-Mutasim, que saqueou a importante cidade de Amorion. Pior ainda, os árabes do norte da África invadiram a Sicília em 827 e começaram uma conquista que iria retirar toda a ilha do controle bizantino por volta do início do século X; e Creta sucumbiu aos piratas hispano-árabes em 828, abrindo, assim, o Egeu para incursões marítimas novamente. Agora era a iconoclastia, e não a ortodoxia, que parecia trazer a derrota. Com a morte de Teófilo, Teodora, sua viúva, regente de seu filho infante, Miguel III (842-867), junto com seus aliados, derrubou a iconoclastia em um ano. Em 843, a ortodoxia foi restaurada (Teodora afirmava que seu marido tinha se arrependido no leito de morte); Teodora, uma segunda Irene, ordenou que o corpo de Constantino V fosse exumado e destruído, e o corpo de Irene,³⁵ colocado em seu lugar no mausoléu imperial. A iconoclastia desapareceu surpreendentemente rápido dessa vez; não houve mais grandes derrotas militares; e Bizâncio pôde, daí em diante, continuar firme em sua trilha medieval.

Dessa vez, a segunda iconoclastia pode ser facilmente representada como uma divergência superficial – diferentemente do século VIII –, sendo pouco mais do que um culto imperial, uma tragédia que reaparece como farsa. Mas ela foi mais interessante que isso, por duas razões. Uma é que o Segundo Concílio de Niceia e, posteriormente, Teodoro Estudita e o patriarca Nicéforo tinham criado uma iconoclastia articulada como uma imagem em negativo que seus adversários podiam simplesmente recompor.³⁶ Isso quer dizer que foi precisamente graças aos inimigos da

iconoclastia, que ela pôde se tornar um completo sistema religioso, como Leão V e seus conselheiros invocaram, e não apenas a memória de Constantino V, mesmo que esta última estivesse no centro de suas escolhas. A outra é que havia mais intelectuais em Constantinopla naquele momento para debater o assunto; disso resulta que sabemos muito mais sobre a segunda iconoclastia do que sobre a primeira. A relativa prosperidade do século VIII, na capital, permitiu o desenvolvimento da educação em teologia, literatura clássica e filosofia, logo após 750, o que é dificilmente documentado nos 150 anos anteriores. Constantinopla nunca tinha sido privada de grandes obras de literatura antiga, seculares e eclesiásticas, mas, daí por diante, elas estiveram cada vez mais acessíveis às elites políticas. Nicéforo utilizou Aristóteles para refutar as ideias iconoclastas em sua obra *Antirrhēseis*; Teodoro impregnou-se de Basílio de Cesareia e João Crisóstomo. Inácio Diácono (m. c. 848), cuja carreira veremos em breve, citou muitos autores clássicos, acima de tudo Homero, mas também Hesíodo, Eurípides e Aristóteles, em seus escritos, e invocou a “doutrina pitagórica da amizade” em suas cartas. Os escritos do principal teórico iconoclasta, João, o Gramático – que compilou os textos que Leão V utilizou em 815 e foi patriarca entre 837 e 843 –, não sobreviveram, mas seu nome fala por si só. Seu parente, Leão, o Matemático (m. após 869), ensinou a geração seguinte das elites nas escolas que administrou a partir da década de 820, tanto antes quanto depois de 843. Esses homens eram capazes de um debate intelectual sério. O imperador Teófilo, em particular, buscou isso; notadamente, ele libertou, em 838, o iconófilo siciliano Metódio (m. 847), que estivera na prisão a maior parte do tempo desde 821, e o manteve no palácio para discutir teologia. O próprio Metódio tornar-se-ia patriarca quando da proclamação da ortodoxia em 843.

Inácio Diácono representa, tão bem quanto qualquer outro, as reviravoltas da cultura política nesse período. Nascido na década de 770, ele foi protegido de Tarásio e um amigo do patriarca Nicéforo, nos anos 800, o que inclusive, embora ele não o diga de maneira muito explícita, teria feito dele um oponente de Teodoro Estudita; mesmo entre os iconófilos, Teodoro parecia ter sido um extremista, até que a segunda iconoclastia, em 815, os aproximou. Entretanto, Inácio ajustava-se muito mais segundo a direção do vento do que qualquer um dos outros. Ele pode ou não ter sido o Inácio que compôs os poemas iconoclastas para as paredes do pa-

lácio imperial, sob Leão V, mas foi certamente o arcebispo de Niceia por um bom tempo, sob o governo de Leão ou Miguel II, e escreveu poesias públicas para o último. A coleção das cartas escritas por Inácio, entre os anos 820 e 840, apresenta-o como um intelectual culto, mas essencialmente uma figura do regime, devotado às relações de patronato com bispos e funcionários civis igualmente. A compilação, feita após 843, é expurgada de sentimentos pró-iconoclastas, mas ela também contém muito pouco sentimento iconófilo. No que talvez seja a década de 820, ele escreve ao seu amigo íntimo, e arquivista, Nicéforo, louvando-o por sua postura, que era ligeiramente mais crítica da iconoclastia do que a do próprio Inácio; porém, a carta mostra com demasiada nitidez que ambos eram amigos de um importante iconoclasta; as relações de poder permeavam as crenças pessoais de maneira bem óbvia. O ano de 843 marcou uma ruptura; Inácio era considerado, por Metódio, demasiadamente próximo da segunda iconoclastia para permanecer ileso, e por um tempo ele foi exilado (de certa forma: para um mosteiro com vista para a capital que estava próxima). As cartas que ele escreve então são cheias de ressentimento: “Eu estou pobre agora; furiosamente me desviei para o lado oposto”. Mas Inácio se redimiou de maneira surpreendentemente rápida, com biografias altamente iconófilas de seus antigos associados, os patriarcas Tarásio e Nicéforo, e, pela época de sua morte, já estava de volta ao séquito patriarcal – ele tinha efetivamente retornado à sua inicial posição. No começo do século IX, Inácio era provavelmente a norma; iconófilos ou iconoclastas comprometidos eram exceções. Bizâncio, em 843, começa a se parecer com a Inglaterra, em 1660, ou com a Alemanha Oriental, em 1990, cheia de pessoas tentando mostrar o quão pouco tinham se comprometido com um sistema político derrotado, no qual, na realidade, haviam sido perfeitamente felizes. Cada um desses lugares foi o triunfo de um sistema político mais bem enraizado, mas também mais conservador e complacente, que impôs sua própria ortodoxia, um conjunto de pressupostos logo inquestionáveis dentro dos quais as pessoas teriam de operar daí por diante.

Eu dediquei algum tempo à iconoclastia porque é intrigante. Poder-se-ia facilmente escrever a história do período, de 750 a 850, enfatizando outras coisas distintas: o protagonismo militar de Constantino V, as reformas administrativas de Nicéforo I, que foram continuadas por Miguel II e Teófilo (por volta da metade do século IX, o exército era mais bem

pago e equipado, e contava com reforços de um forte conjunto de *tagmata* ao redor da capital), ou o visível esforço com as notáveis construções, sob o reinado de Teófilo: novos palácios, com dispositivos mecânicos que não sobreviveram, renovaram as muralhas da cidade que ainda existem.³⁷ Todas essas coisas demonstram uma maior confiança, bem como um desejo de impressionar. O Império estava em relativa boa forma em 850; ele já tinha suportado, até aquele momento, as piores tempestades. Qual a importância, então, de se absorver tanto na retórica teológica e imperial a fim de saber se se deve ou não venerar imagens? A iconoclastia, a primeira disputa teológica medieval, parece que foi, para muitos, um debate de questões teóricas menos sérias do que as grandes disputas cristológicas do passado. Não é surpreendente, então, que muitas análises da iconoclastia supõem, explícita ou implicitamente, que ela era “na verdade” sobre algo a mais. Portanto, Peter Brown,³⁸ em um influente argumento, admite abertamente que o debate iconoclasta versava sobre o lugar do divino na sociedade, que não é um assunto pequeno, mas ele procura enfatizar que o intuito dos imperadores iconoclastas, em face da ameaça árabe, era simplificar toda a sociedade e a cultura bizantinas, e centrá-las em alguns poucos símbolos principais, a cruz, a eucaristia, a capital e o próprio imperador, em vez de enfrentar “uma hemorragia do divino... em centenas de pinturas”. De certa forma, isso é bem verdadeiro; mas também é certo que os bizantinos acabaram, por conta própria, por se interessar pela representação e suas regras. Já é visível na *Parastaseis*, em um contexto quase inteiramente secular: saber quem estava representado nas estátuas era de genuína importância para as pessoas. Esse assunto era também reconhecidamente importante para os árabes muçulmanos, que evitavam todas as representações de pessoas em sua arte pública, interpretando-as como idolátricas (apesar de o Alcorão não dar tal instrução, como veremos no próximo capítulo). O califa al-Walid I (705-715), que provavelmente empregou mosaicistas bizantinos para erguer os complicados padrões de folhagem nas paredes da Grande Mesquita de Damasco (cf. capítulo 9), teria estado inteiramente feliz com o fato de que eles deveriam levar para Constantinopla relatos de sua estética religiosa. Essa estética pode muito bem ter impactado os cristãos palestinos³⁹ que viviam sob o governo árabe, os quais, a partir de 720, começaram a apagar todas as representações de seres vivos, até mesmo animais e pássaros, dos mosaicos dos pisos de suas igrejas; essa obsessão não tem

paralelo em Bizâncio, e pode muito bem mostrar a influência muçulmana – apesar de ela ir além das preocupações muçulmanas. Deve-se enfatizar que não há absolutamente nenhum sinal de que os iconoclastas bizantinos foram influenciados pelos árabes. Mas árabes, bizantinos e cristãos palestinos estavam todos, separadamente, preocupados com o *problema* da representação: quais elementos eram sagrados, quais eram idolátricos, como e quem as imagens representavam e deviam representar. Mas isso foi uma ruptura com a antiga tradição romano-cristã, na qual as imagens, mesmo de santos, tinham relativamente pouco valor especial; no Oriente, daí em diante, elas detinham, pelo menos potencialmente, um poder numinoso, e as pessoas tinham de entendê-las corretamente, de um jeito ou de outro. E o sistema político em que isso mais importou foi o bizantino, pois os imperadores estavam se tornando alvos mais importantes das preocupações religiosas do que haviam sido os imperadores romanos ou até mesmo, naquele momento, os califas. A iconoclastia não começou com os imperadores, mas, uma vez que chegou até Constantino V e ele tomou uma posição sobre ela, isso imediatamente se tornou uma iniciativa imperial, e ficou ligada a ele de tal maneira que o “arianismo” nunca ficou com Valente, nem o monofisismo, com Anastácio I. A representação e a importância do visual, portanto, ligaram-se à legitimidade imperial. Após 843, isso se tornou a ortodoxia; a centralidade religiosa das imagens passou a ser uma característica do cristianismo ortodoxo desde então.

Notas

- ¹ Existem diversas histórias de Bizâncio em inglês. O melhor ponto de partida em um volume único é M. Whittow, *The Making of Orthodox Byzantium, 600-1025* (Basingstoke, 1996); os melhores levantamentos monográficos sobre esse período são J. F. Haldon, *Byzantium in the Seventh Century*, 2. ed. (Cambridge, 1997), e L. Brubaker & J. F. Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era (ca. 680-ca. 850)* (Cambridge, 2009); eu sou grato aos autores por me deixarem ver o manuscrito. C. Mango, *Byzantium: The Empire of New Rome* (London, 1980), A. Cameron, *The Byzantines* (Oxford, 2006), e J. Herrin, *Byzantium* (Princeton, 2008), são elucidativos. J. Herrin, *The Formation of Christendom* (Princeton, 1987), é importante para a Igreja. *ODB* é um livro de referência de valor inestimado.
- ² A. Cameron & J. Herrin (ed.), *Constantinople in the Early Eighth Century* (Leiden, 1984). Em ordem, são citadas c. 61; 28; 61; 65; 75.

- ³ Cf. esp. M. Whitby, *The Emperor Maurice and his Historian* (Oxford, 1988).
- ⁴ W. Pohl, *Die Awaren* (München, 1988).
- ⁵ W. E. Kaegi, *Byzantine Military Unrest 471-843* (Amsterdã, 1981); sobre a ideologia do exército, J. F. Haldon, *Klio*, 68 (1986), pp. 139-190. Sobre a sucessão hereditária e a legitimidade, G. Dagron, *Emperor and Priest* (Cambridge, 2003), pp. 13-45; 54-83.
- ⁶ Cf. D. M. Olster, *The Politics of Usurpation in the Seventh Century* (Amsterdã, 1993), um relato muito vivaz.
- ⁷ Cf. W. E. Kaegi, *Heraclius* (Cambridge, 2003), outro relato vivaz.
- ⁸ Jorge de Pisídia, *Poemi*, vol. 1, ed. e trad. A. Pertusi (Ettal, 1959), p. 109.
- ⁹ M. F. Hendy, *Studies in the Byzantine Monetary Economy, c. 300-1450* (Cambridge, 1985), pp. 619-667 (citação da p. 620).
- ¹⁰ H. Ahrweiler, *Byzance et la mer* (Paris, 1966), pp. 17-92.
- ¹¹ Cf., por exemplo, G. Dagron & V. Déroche, "Juifs et Chrétiens dans l'Orient du VII^e siècle", *Travaux et memoires*, 11 (1991), pp. 17-273, esp. pp. 38-43; R. G. Hoyland, *Seeing Islam as Others Saw It* (Princeton, 1997), pp. 257-316; um importante exemplo, o pseudo-Metódio, está parcialmente traduzido por S. P. Brock, em A. Palmer, *The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles* (Liverpool, 1993), pp. 230-242. Sobre a altamente religiosa natureza dos escritos desse período, cf. A. Cameron; J. Haldon & G. J. Reinink, em A. Cameron & L. I. Conrad (ed.), *The Byzantine and Early Islamic Near East*, vol. 1 (Princeton, 1992), pp. 81-187.
- ¹² Cf. Haldon, *Byzantium in the Seventh Century*, pp. 208-232; *Idem*, *Dumbarton Oaks Papers*, 47 (1993), pp. 1-67; *Idem*, *Warfare, State and Society in the Byzantine world 565-1204* (London, 1999), pp. 71-123.
- ¹³ C. Wickham, *Framing the Early Middle Ages* (Oxford, 2005), pp. 233-239, oferece um breve levantamento com bibliografia.
- ¹⁴ *The Miracles of St Artemios*, ed. e trad. V. S. Crisafulli & J. W. Nesbitt (Leiden, 1997), esp. c. 7; 10; 17-18; 26-27; 29; 32; 44; e pp. 19-21.
- ¹⁵ *ODB*, vol. 3, p. 1.684.
- ¹⁶ Haldon, *Byzantium in the Seventh Century*, pp. 180-207; W. Brandes, *Finanzverwaltung in Krisenzeiten* (Frankfurt, 2002), pp. 116-238.
- ¹⁷ M. McCormick, *Eternal Victory* (Cambridge, 1986), pp. 131-230; L. Brubaker, in: M. de Jong & F. Theuws (ed.), *Topographies of Power in the Early Middle Ages* (Leiden, 2001), pp. 31-43; Dagron, *Emperor and Priest*, pp. 103-114. Sobre 765, *The Chronicle of Theophanes*, trad. C. Mango & R. Scott (Oxford, 1997), p. 605.
- ¹⁸ P. Magdalino, *Constantinople médiévale* (Paris, 1996), pp. 48-50.
- ¹⁹ Dagron, *Emperor and Priest*, pp. 158-191.
- ²⁰ Brubaker & Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era*, c. 1; sobre os eventos de 681, *Chronicle of Theophanes*, pp. 491-492 (datado erroneamente como 669).
- ²¹ *A Manual of Roman Law*, trad. E. H. Freshfield (Cambridge, 1926); citação da p. 67.

- ²² *Chronicle of Theophanes*, pp. 608; 611; J. F. Haldon, *Byzantine Praetorians* (Bonn, 1984), pp. 228-256.
- ²³ Ver, de maneira geral, Brubaker & Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era* (ver c. 1 para antes de 720); e também *Idem*, *Byzantium in the Iconoclast Era (ca. 680-850): The Sources* (Aldershot, 2001). Sobre os primeiros ícones, eu sigo L. Brubaker, "Icons before Iconoclasm?", *Settimane di studio*, 45 (1998), pp. 1.215-1.254, contra o clássico E. Kitzinger, "The Cult of Images in the Age before Iconoclasm", *Dumbarton Oaks Papers*, 8 (1954), pp. 85-150. Para 626, cf. B. V. Pentcheva, *Byzantine and Modern Greek Studies*, 26 (2002), pp. 2-41. Para outras contribuições, cf. as bibliografias nessas obras; mas *Iconoclasm*, ed. por A. Bryer & J. Herrin (Birmingham, 1977), é um valioso levantamento sobre o então estado da arte, e "A Dark-age Crisis", de P. Brown, *English Historical Review*, 88 (1973), pp. 1-34, é uma brilhante reinterpretação. A citação de Gregório Magno é mencionada e contextualizada por H. L. Kessler, *Studies in the History of Art*, 16 (1985), pp. 75-91.
- ²⁴ Nikephoros, *Antirrhesis*, trad. M.-J. Mondzain-Baudinet, e Nikephoros, *Discours contre les Iconoclastes* (Paris, 1989), p. 325, contêm uma lista de citações de Constantino.
- ²⁵ D. J. Sahas, *Icon and Logos* (Toronto, 1986), uma tradução das atas do Segundo Concílio de Niceia, p. 75.
- ²⁶ *La Vie d'Étienne le Jeune par Étienne le diacre*, ed. e trad. M.-F. Auzépy (Aldershot, 1997), c. 69 (morte), 28 (fuga).
- ²⁷ Cf., para além dos estudos gerais, L. James, *Empresses and Power in Early Byzantium* (Leicester, 2001), esp. pp. 54-56; 68-72; 89-92; 112-114; 125-127; uma detalhada narrativa de seu reinado, assim como de seus sucessores, mas sem uma crítica suficientemente rigorosa das fontes primárias, é W. Treadgold, *The Byzantine Revival 780-842* (Stanford, Calif., 1988).
- ²⁸ Treadgold, *Byzantine Revival*, pp. 127-195; *Chronicle of Theophanes*, pp. 655 (802); 667-669 (vexações).
- ²⁹ J. V. A. Fine, *The Early Medieval Balkans* (Ann Arbor, 1983), pp. 66-105, e F. Curta, *Southeastern Europe in the Middle Ages, 500-1250* (Cambridge, 2006), pp. 70-110; 147-165, fornecem narrativas recentes; o clássico *The Byzantine Commonwealth*, de D. Obolensky (London, 1971), é menos detalhado sobre esse período. Para referências casuais sobre as línguas eslavas no século X, cf. Constantino Porfirogênito, *De Administrando Imperio*, ed. e trad. G. Moravcsik & R. J. H. Jenkins (Washington, 1967), c. 31-32; 34; 36.
- ³⁰ *Chronicle of Theophanes*, pp. 679-680; 684-685.
- ³¹ Nikephoros, *Antirrhesis*, 3.73 (Nicéphore, *Discours*, pp. 281-283).
- ³² Cf. M. Kaplan, in: *Idem* (ed.), *Monastères, images, pouvoirs et société à Byzance* (Paris, 2006), pp. 183-205.
- ³³ Treadgold, *Byzantine Revival*, pp. 311; 447; diversas fontes recontam o evento.
- ³⁴ P. Squatriti, *Past and Present*, 176 (2002), pp. 11-65.
- ³⁵ J. Herrin, *Women in Purple* (London, 2001), p. 213.

- ³⁶ Nikephoros, *Antirrhesis*, 1.20; 30; 43; 2.18 (Nicéforo, *Discours*, pp. 87; 110; 135; 178). Inácio: *The Correspondence of Ignatios the Deacon*, ed. e trad. C. Mango (Washington, 1997), carta 21 para Pitágoras; pp. 239-241 para as citações não bíblicas. Para todas essas figuras, cf. acima P. Lemerle, *Byzantine Humanism* (Canberra, 1986), pp. 137-204. Sobre a carreira de Inácio, cf. *Correspondence of Ignatios*, pp. 3-24; as cartas citadas são 30 (Nicéforo); 46 (localização de exílio); 39 (pobreza); e 38 (distanciamento).
- ³⁷ Brubaker & Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era*, c. 5.
- ³⁸ “A Dark-age Crisis”; p. 8, para a citação.
- ³⁹ Brubaker & Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era: The Sources*, pp. 30-36; R. Schick, *The Christian Communities of Palestine from Byzantine to Islamic Rule* (Princeton, 1995), pp. 180-219.